

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

CNPJ nº 09.538.688/0001-32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.960.083	3.633.416	Fornecedores	12	14.732.816	13.292.112
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	24.157.502	28.299.688	Arrendamento a pagar	11	670.796	-
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	4.090.046	1.727.866	Obrigações trabalhistas	13	22.919.024	26.562.188
Estoques	7	4.811.075	6.714.364	Obrigações tributárias de terceiros	14	638.732	947.077
Créditos diversos	9	1.627.776	1.397.315	Outras contas a pagar - partes relacionadas	15	4.305.945	2.183.000
				Receita diferida	16	147.082	555.290
				Outras contas a pagar		243.717	311.891
Total do ativo circulante		41.646.483	41.772.649	Total do passivo circulante		43.658.112	43.851.558
				Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Provisão para demandas judiciais	17	8.707.284	16.513.586
Créditos diversos	9	334.745	-	Outras contas a pagar - partes relacionadas	15	15.200.874	18.758.419
Depósitos judiciais		482.089	535.327	Arrendamento a pagar	11	1.519.969	-
Direito de Uso	8	2.190.764	-	Subvenções de investimentos a realizar	18	3.943.982	347.369
Imobilizado	10	18.231.505	16.931.019	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	19	10.754.200	11.245.192
				Total do passivo não circulante		40.126.310	46.864.566
Total do ativo não circulante		21.239.103	17.466.346	Patrimônio líquido	20		
				(Déficits) acumulados		(31.477.129)	(54.261.799)
				Superávit do exercício		10.578.293	22.784.670
				Total do patrimônio líquido		(20.898.836)	(31.477.129)
Total do ativo		62.885.586	59.238.995	Total do passivo e do patrimônio líquido		62.885.586	59.238.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)

	(Déficits) acumulados	Déficit do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	(51.981.001)	(2.280.798)	(54.261.799)
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados	(2.280.798)	2.280.798	-
Superávit do exercício	-	22.784.670	22.784.670
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(54.261.799)	22.784.670	(31.477.129)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	22.784.670	(22.784.670)	-
Superávit do exercício	-	10.578.293	10.578.293
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(31.477.129)	10.578.293	(20.898.836)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto" ou "IRSSL") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 ("Unidades") Municipais e Estaduais gerenciadas pelo Instituto: 1.2.1 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0003-02, localizada na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Em 15 de outubro de 2008 foi celebrado Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, renovado mediante os seguintes termos aditivos nº 59/2021 de janeiro à março no montante de R\$ 14,6 milhões (custeio), nº 60/2021 de abril a junho montante de R\$ 14,6 milhões (custeio), nº 61/2021 para Reforma da Observação do Pronto Socorro, nº 62/2021 Emenda Parlamentar para aquisição de equipamento Raio-X Móvel, nº 63/2021 julho a setembro montante de R\$ 14,6 milhões (custeio), nº 64/2021 para outubro (custeio). **1.2.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012, por 5 anos. Para 2021 foi firmado os seguintes Termos Aditivos: • **01/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 134,3 milhões para o período de janeiro a novembro de 2021; • **02/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 1,5 milhão para enfrentamento da COVID-19 referente aos períodos de Abril, Maio e Junho. • **03/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 100 mil de emenda parlamentar referente ao período de Agosto. • **04/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 487 mil Programa Estratégico - Aquisição de Equipamentos Rede Cegonha referente ao período de Agosto. • **05/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 14,5 mil Projeto Especial "Corujão da Saúde – Oncologia referente aos períodos de Setembro, Outubro e Novembro. • **06/21** – Verba de investimento no valor de R\$ 109 mil para obras de adequação elétrica para ressonância magnética referente ao período de Outubro. Em 01 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº PROCESSO SES-PRC-2021/33119, que prevê a gestão por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 828,0 milhões. Para este novo contrato foram firmados o Termo aditivo: • **01/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 300 mil Emenda Parlamentar (Incremento Temporário do MAC) referente ao período de Dezembro. **1.2.3 Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0006-47, localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120, Interlagos. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.070/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012 por 5 anos. Em 02 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº SES-PRC-2021/29613, que prevê a gestão a partir de 01 de dezembro de 2021 por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 75,2 milhões. Para 2021 o montante estimado foi de R\$ 12,8 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021, termo de aditamento nº 02/2021 de R\$ 43,5 mil referente "Corujão da Saúde – oncologia" e termo de aditamento nº 03/2021 de R\$ 124,0 mil referente "Corujão da Saúde – oftalmologia". **1.2.4 Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0008-09, localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001, Mogi Mirim. Em 2 de maio de 2012 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. A partir de 1º de maio de 2017, foi celebrado o novo contrato de Gestão nº 001.0500.000.009/2017, com vigência de 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 29,4 milhões. O repasse de janeiro à dezembro de 2021 deste instrumento é de R\$ 6,4 milhões. **1.2.5 Hospital Regional de Jundiá ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiá. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. Renovado por mais 5 anos conforme contrato de Gestão nº 30889/2019 a partir da data de 01 de junho de 2019. O montante repassado em 2021 deste contrato foi de 62,3 milhões conforme Termo de aditamento 01/2021 e Termo de aditamento 02/2021 montante de R\$ 49,5 mil referente "Projeto Especial". **1.3 Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com superávit de R\$ 10,6 milhões, reduzindo o passivo à descoberto de R\$ 31,5 milhões para R\$ 20,9 milhões. Essa evolução é reflexo da geração de superávit entre 2020 e 2021 e demonstra, em conjunto com as diretrizes e previsões orçamentárias para 2022, a tendência da Instituição em reverter o histórico de prejuízos acumulados. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 2,0 milhões. O superávit realizado em 2021 é reflexo de ações como renegociações de contratos e contenção de despesas em materiais, medicamentos e pessoal, além do reconhecimento do perdão parcial da dívida com o Hospital Sírio Libanês, na ordem de R\$ 3,9 milhões, formalizado através do Instrumento Particular De Confissão, Remissão e Renegociação De Dívida, assinado entre as partes em abril/2021. As projeções orçamentárias para 2022 foram aprovadas pela Direção Executiva e Conselho de Administração e mantém as premissas de geração de superávit e equilíbrio econômico financeiro em todas as unidades, mantendo o patrimônio líquido positivo das unidades

que assim já se encontram e visando recuperação gradativa do patrimônio líquido negativo nas unidades HGG e AME Interlagos. As unidades administradas pelo Instituto, são distintas em suas características de atuação, e vão de unidade de reabilitação a hospital geral com pronto socorro. Nesse sentido, a administração executiva do Instituto concentra esforços nas boas práticas administrativas, na readequação de processos e no controle de custo, aperfeiçoamento de metodologias de gestão de modo que o reflexo dessas ações se transforme em maior qualidade na assistência aos pacientes com melhor gestão dos recursos disponibilizados. Visando multiplicar as melhores práticas de cuidado e de gestão, contribuindo para um sistema de saúde mais resolutivo e que traga maior qualidade de vida à população brasileira, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, tem por objetivo expandir suas atividades abrindo novas frentes estratégicas no mercado. Na esfera pública o Instituto participou de chamamento público junto a SES para administração da unidade médica ambulatorial AME Jundiá, assinando contrato de 5 anos a partir de janeiro/22. No âmbito privado, o Instituto estabeleceu parcerias com a UMANE, associação civil sem fins lucrativos e a FLMA - Fundação Lia Maria Aguiar, entidade sem fins lucrativos, situada em Campos do Jordão. **1.4 Impacto do COVID-19 nas operações:** A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo. As nossas unidades são consideradas como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientações dos gestores públicos e mantivemos nossas operações, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento. **1.5 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 31 de março de 2022. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado; e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 32 - Instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **b. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa somente os recursos não vinculados a projetos. **c. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes, armazenagem e

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão			
- Estadual	21	230.973.373	244.932.061
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	22	59.283.327	59.514.125
Recursos com convênio Federal	23	29.945.718	27.806.644
Receita com doações	24	5.992.501	13.977.502
Outras receitas	26	8.979.633	6.724.132
Receitas com gratuidades recebidas	25	431.662	410.483
		335.606.212	353.364.947
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	27	(295.828.893)	(293.720.292)
Utilidade pública	28	(7.212.050)	(7.163.026)
Serviços profissionais	29	(14.575.314)	(11.156.014)
Depreciações	9	(3.825.658)	(3.112.703)
Contingências	15	220.844	(8.586.135)
Despesas com gratuidades concedidas	25	(431.662)	(410.483)
Outras (despesas) operacionais	30	(9.338.644)	(7.232.323)
Outras receitas operacionais	30	4.474.870	163.340
		(326.516.508)	(331.217.636)

	2021	2020
Superávit operacional antes do resultado financeiro	9.089.705	22.147.311
Despesas financeiras	31	(527.299)
Receitas financeiras	31	2.015.887
Receitas financeiras, líquidas	31	1.488.588
Superávit do exercício	10.578.293	22.784.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
(Déficit) Superávit do exercício	10.578.293	22.784.670
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.578.293	22.784.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais (Déficit) superávit do exercício	10.578.293	22.784.670
Ajustes por:		
Provisão para contingências	(220.844)	8.586.135
Depreciações	3.814.987	3.112.703
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	-	1.724.480
Doações recebidas em equipamento médico	(3.054.543)	(2.190.740)
Perdão de dívidas com partes relacionadas	(3.953.598)	-
Juros Incorridos com partes relacionadas	396.053	-

Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos

Recursos financeiros vinculados a projetos	4.142.186	(16.825.545)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(1.487.178)	(106.495)
Estoques	1.903.289	(2.868.398)
Créditos diversos	(604.049)	(694.315)
Depósitos judiciais	53.239	(60.219)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	3.572.905	(838.638)
Arrendamento a pagar	1.235.663	-
Obrigações trabalhistas	(3.643.164)	(1.258.544)
Obrigações tributárias	(308.345)	(766.854)
Contingências pagas	(7.585.459)	(1.845.849)
Outras contas a pagar	807.227	288.604
Subvenções de Investimentos a Realizar	3.596.613	(1.509.355)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(1.678.312)	(4.754.721)
Receita diferida	(888.773)	(421.229)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	6.676.190	2.355.690
Direito de uso	(2.683.192)	-
Subvenções de bens a apropriar	1.218.361	2.290.089
Adições no imobilizado	(1.599.539)	(2.302.444)

Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3.064.370)	(12.355)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(285.153)	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(285.153)	-

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.633.416	1.290.081
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.960.083	3.633.416
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.326.667	2.343.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido a depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes: **Anos**
Obras preliminares e complementares - Instalações 10
Móveis e Utensílios 10
Máquinas e Equipamentos Médicos 10
Máquinas e Equipamentos em Geral 10
Software e hardware 5
Veículos 5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **f. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **h. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i. Subvenções governamentais:** Os recursos provenientes de subvenções e dos contratos de gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal da Saúde, são registrados em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, na seguinte forma: **• Subvenção para custeio** – Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **• Subvenção para investimentos** – relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **k. Apuração do resultado do exercício:** Em atendimento ao disposto no item 08 da ITG 2002 (R1), informamos que as receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês à competência. **l. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. (Alterado pela ITG 2002 (R1)). **m. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das

disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e tam-

bém não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **n. Arrendamentos:** O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2021, o Instituto possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2) para um novo contrato firmado nesse exercício. **o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out". As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); (c) Outras Normas: Não se espera também que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: **•** Concessões de aluguel relacionados a Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); **•** Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); **•** Referência a Estrutura Conceitual (alterações no CPC 15); **•** Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26); **•** Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); e **•** Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26).

	2021	2020
4 Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	18.610	7.397
Aplicações financeiras	6.941.473	3.626.019
	6.960.083	3.633.416

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, tratam-se de recursos próprios do Instituto, classificados como "sem restrição", com remuneração principalmente de Fundos de Investimentos por cotas que rendem juros que variam de 94% a 106% do CDI (em 2020 a remuneração ficou em 82% a 44% do CDI). Quanto aos recursos de projetos e contratos de gestão, específicos, são apresentados na rubrica de "recursos vinculados a projetos". Vide nota explicativa nº 5. **5 Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios**

	2021	2020
Caixa e bancos	116.116	11.974
Aplicações financeiras	24.041.386	28.287.714
	24.157.502	28.299.688

Máquinas e equipamentos médicos 19.925.154 4.197.473 (703.762) 23.418.865
Máquinas e equipamentos em geral 2.517.448 145.369 (807.574) 1.855.243
Veículos 31.300 - - 31.300
Software e hardware 1.642.052 32.531 (34.266) 1.640.317
Total custo 35.504.252 4.493.184 (1.732.525) 38.264.911

Depreciação
Instalações (2.719.030) (412.878) - (3.131.908)
Móveis e utensílios (2.109.688) (379.926) 421 (2.489.193)
Máquinas e equipamentos médicos (11.252.827) (2.069.934) 2.335 (13.320.426)
Máquinas e equipamentos em geral (641.372) (207.950) 5.074 (844.248)
Veículos (31.300) - - (31.300)
Software e hardware (1.475.015) (42.017) 215 (1.516.817)
Total depreciação (18.229.232) (3.112.703) 8.045 (21.333.892)
Saldo líquido 17.275.020 1.380.479 (1.724.480) 16.931.019

(a) Em 2019 foi assinado convênio nº 4690001491 de implantação de eficiência energética entre a IRSSL e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A com execução da AES Tietê Integra Soluções em Energia LTDA na unidade Hospital Geral do Grajaú. O projeto, foi devidamente reconhecido na competência de Jun-21 conforme quadro abaixo:
Valor doado em Contrato 1.228.231
Valor depreciado (204.705)
1.023.526

A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (d). Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 1.792.800 foi recebido como doação do hospital Geral do Grajaú, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.650.000 referente à Aparelho de Tomografia e o montante de R\$ 142.800 referente à equipamentos diversos também recebidos como doação. Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 18). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2021	2020
Imobilizado com restrição	14.001.181	11.444.440
Imobilizado sem restrição	4.230.322	5.486.582
Total imobilizado	18.231.503	16.931.022

11 Arrendamento a pagar

	2021	2020
Arrendamento a pagar	2.190.275	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Novos contratos	2.683.192	-
Pagamentos efetuados	(492.428)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.190.765	-
Curto Prazo	670.796	-
Longo Prazo	1.519.969	-

Referem-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento a CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência entre 45 e 48 meses. O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 45 e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 55.900. O Instituto entende que não haveria efeitos relevantes na apuração da taxa de desconto considerando o montante do contrato e também pelo fato do efeito ser entre ativos e passivos e com impacto ainda mais imaterial no reconhecimento das parcelas pagas ao longo do exercício (segregação dos juros e do principal na parcela paga). Dessa forma, os valores apresentados não possuem taxas de descontos.

12 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	14.732.816	13.292.112
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:		
Vencidos	167.781	-
A vencer até 30 dias	12.916.897	13.292.112
A vencer de 31 à 180 dias	1.648.138	-
	14.732.816	13.292.112

13 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias e encargos sobre férias	14.239.570	14.132.606
Salários e ordenados a pagar	4.145.786	7.936.414
Contribuições e encargos sociais	4.533.668	4.493.168
	22.919.024	26.562.188

14 Obrigações tributárias de terceiros

	2021	2020
Impostos e taxas municipais parceladas (i)	17	320.298
PIS / COFINS / CSLL	384.220	393.539
INSS pessoa jurídica	139.014	135.265
ISS	28.570	26.535
IRRF	86.911	71.440
	638.732	947.077

(i) Parcelamento encerrado em maio de 2021 conforme termo de extrato de parcelamento PAT 2780030-0 - Emitido em 04/06/2021.

Em atendimento ao item 27, (e) da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, apresentamos abaixo os saldos dos contratos de gestão classificados como "com restrição".

Unidades	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	2021	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	2020
Lucy Montoro Mogi Mirim	1.861	723.113	724.974	1.946	797.853	799.799
AME Interlagos	3.390	697.157	700.547	1.724	493.504	495.228
Hospital Regional de Jundiá	38.279	6.000.559	6.038.838	3.825	5.687.367	5.691.192
Hospital Geral do Grajaú	44.544	3.105.980	3.150.524	1.445	5.225.533	5.226.978
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	28.042	13.514.577	13.542.619	3.034	16.083.457	16.086.491
	116.116	24.041.386	24.157.502	11.974	28.287.714	28.299.688

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 94% a 106% do CDI (em 2020 a remuneração ficou 82% a 94% do CDI).

6 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	2021	2020
Hospital Municipal Infantil M. Jesus - convênio Federal	2.925.078	1.513.029
Hospital Geral do Grajaú	-	108.366
Outras contas a receber (a)	1.164.968	106.471
	4.090.046	1.727.866

Unidades	Recursos a receber 31/12/2020	Recursos de custeio	Recursos de investimentos	Recursos Matríz	Recursos recebidos-custeio	Recursos a receber 31/12/2021
Lucy Montoro – Mogi Mirim	-	6.375.600	-	-	(6.375.600)	-
Amb. de Especialidades Interlagos	-	14.124.360	-	-	(14.124.360)	-
Hospital Regional de Jundiá	-	58.352.561	-	-	(58.352.561)	-
Hospital Geral do Grajaú	108.366	150.006.530	-	-	(150.114.896)	-
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	58.640.004	-	-	(58.640.004)	-
Hospital Menino Jesus – convênio Federal	1.513.029	29.945.718	-	-	(28.533.669)	2.925.078
	1.621.395	317.444.773	-	-	(316.141.090)	2.925.078
Hospital Sírio-Libanês	-	-	-	5.545.800	5.545.800	-
Outros contas a receber	106.471	-	-	14.592.046	(13.533.549)	1.164.968
	106.471	-	-	20.137.846	(19.079.349)	1.164.968
	1.727.866	317.444.773	-	-	(335.220.439)	4.090.046

Unidades	Recursos a receber 31/12/2019	Recursos de custeio	Recursos de investimentos	Recursos Matríz	Recursos recebidos-custeio	Recursos a receber 31/12/2020
Lucy Montoro – Mogi Mirim	-	6.930.000	-	-	(6.930.000)	-
Amb. de Especialidades Interlagos	-	15.074.905	-	-	(15.074.905)	-
Hospital Regional de Jundiá	-	62.251.610	-	-	(62.251.610)	-
Hospital Geral do Grajaú	-	158.629.320	108.366	-	(158.629.320)	108.366
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	58.640.004	120.000	-	(58.760.004)	-
Hospital Menino Jesus – convênio Federal	1.585.371	27.806.644	-	-	(27.878.986)	1.513.029
	1.585.371	329.437.073	228.366	-	(329.737.781)	1.621.395
Hospital Sírio-Libanês	-	-	-	5.400.000	(5.400.000)	-
Outros contas a receber	36.000	-	-	286.471	(216.000)	106.471
	1.621.371	329.437.073	228.366	5.794.837	(335.353.781)	1.727.866

7 Estoques	2021	2020
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	3.466.110	5.440.059
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	1.344.965	1.274.305
	4.811.075	6.714.364

8 Direito de Uso	2021	2020
Equipamentos de informática (servidores)	2.190.764	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Novo contrato	2.683.192	-
Depreciação	(492.428)	-
	2.190.764	-

9 Créditos diversos	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	1.030.686	1.012.787
Outros valores a receber	199.187	384.528
Despesas a apropriar CP (a)	397.903	384.528
	1.627.776	1.397.315
Despesas a apropriar LP (a)	334.745	-

a. Durante o exercício de 2021 o Instituto firmou contrato de arrendamento com empresa terceirizada para fornecimento de equipamentos de informática (servidores) durante o prazo de 48 meses. Em negociações com essa empresa o Instituto conseguiu redução do valor do contrato no pagamento a vista. Dessa forma, o contrato foi quitado na sua integralidade em abril de 2021 e essa despesa antecipada passará a ser reconhecida no resultado do exercício pelo valor de R\$ 12.398, de acordo com o prazo de vigência do contrato.

10 Imobilizado	2021	2020
Taxas anuais de depreciação	8.127.296	3.767.157
Depreciação acumulada	(3.530.411)	(4.596.885)
Instalações	10%	4.596.885
Móveis e utensílios	10%	1.661.783
Máquinas e equipamentos médicos	10%	10.098.439

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:				
Custo	16.931.019	4.843.150	(689.456)	21.084.713
Instalações	6.899.065	1.228.231	-	8.127.296
Móveis e utensílios	4.420.121	153.432	(161.370)	4.412.183
Máquinas e equipamentos médicos (a)	23.418.865	3.091.033	(390.599)	26.119.299
Máquinas e equipamentos em geral	1.855.243	297.797	(96.399)	2.056.641
Veículos	31.300	0	0	31.300
Software e hardware	1.640.317	72.657	(41.088)	1.671.886
Total custo	38.264.911	4.843.150	(689.456)	42.418.605
Depreciação	(3.131.908)	(385.685)	(12.818)	(3.530.411)
Instalações	(2.489.193)	(318.727)	57.520	(2.750.400)
Móveis e utensílios	(13.320.426)	(2.112.792)	131.285	(15.301.933)
Máquinas e equipamentos em				

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês				
15 Outras contas a pagar - partes relacionadas	2021	2020	Interlagos	586.805 730.203 (24.440) 1.065.526
Sociedade Beneficente de Senhoras			Hospital Regional	
- Hospital Sírio-Libanês (a)	15.200.874	18.758.419	de Jundiá	4.563.703 104.590 - (954.383) 3.713.910
Recebimento verba de custeio unidades privadas (b)	1.573.382	-	Hospital Geral	
Unidade Estratégia Saúde da Família (c)	2.183.000	2.183.000	do Grajaú	4.692.855 1.245.120 (765.821) (811.826) 4.360.328
Outros	549.563	-	Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	3.307.471 201.379 (944.459) (897.944) 1.666.447
	19.506.819	20.941.419		13.709.825 2.290.089 (1.734.720) (3.020.001) 11.245.192
Circulante	4.305.945	2.183.000	As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 9 e 18. 20 Patrimônio Líquido: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. Remuneração da administração: O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.	
Não circulante	15.200.874	18.758.419	21 Recursos dos contratos de gestão - convênio Estadual	
As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa, a transação 'a' possui cláusula de juros e atualização monetárias. (a) Durante os anos de 2016 e 2017, a Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês (mantenedora do Instituto), realizou aportes emergenciais para suporte financeiro das unidades Hospital Geral do Grajaú, Hospital Regional de Jundiá e para cobertura de despesas administrativas da Matriz do Instituto, totalizando R\$ 21.015.605. Entre 2018 e 2019, o Instituto realizou a devolução parcial dos recursos, sendo R\$ 1.600.000 do Hospital Geral do Grajaú e R\$ 657.186 do Hospital Regional de Jundiá, totalizando o montante de R\$ 2.257.186. Após diversas tratativas com a Secretaria Estadual da Saúde, não houve autorização para que a devolução dos valores continuasse a ocorrer, assim em 27 de dezembro de 2019 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, como gestor das unidades, contraiu para o seu passivo as obrigações mediante instrumento particular de cessão e assunção de dívida firmado entre as partes. Em 15 de abril de 2021 as partes reconheceram a dívida através do Instrumento Particular de Confissão, Remissão e Renegociação de Dívida que culminou num perdão de passivo a favor do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em R\$ 3.953.598. O saldo da dívida no valor de R\$ 15.200.874, será considerado o prazo de carência de 2 anos após assinatura e o pagamento ocorrerá em 96 parcelas, com reconhecimento de atualização monetária, juros e encargos. (b) Valor referente a pré- operação e operação inicial das unidades FLMA – Fundação Lia Maria de Aguiar e AMAS – Ambulatório Multiassistencial, cujo o verba de custeio foram alocadas a centro de custo na Matriz até a devida regularização de CNPJ. Valores serão repassados às contas das unidades no decorrer de 2022. (c) Refere-se a repasse público efetuado pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo para o IRSSL, através de contrato de gestão, com o objetivo de promover a gestão das unidades básicas de saúde do núcleo Estratégia Saúde da Família do Município de São Paulo, aplicadas na gestão do Hospital Menino Jesus. Estão em andamento as tratativas para formalização de declaração expressa de autorização expedida pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, as ações para resolução desse tema estão caminhando em conjunto com as partes. A movimentação dos empréstimos com partes relacionadas está demonstrado abaixo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Movimentações em 2020			Contrato de Gestão Lucy Montoro Mogi Mirim	6.355.482 6.930.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.941.419	20.941.419	Contrato de Gestão Ambulatório de Especialidades Interlagos	14.124.360 15.074.905
Novas captações	2.122.945		Contrato de Gestão Hospital Regional de Jundiá	58.327.777 62.251.610
Perdão de dívida	(3.953.598)		Contrato de Gestão Hospital Geral do Grajaú	149.992.654 158.629.320
Juros incorridos	396.053		Receitas com Subvenção de Imobilizado	2.173.100 2.046.226
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.506.819	19.506.819		230.973.373 244.932.061
16 Receita diferida	2021	2020	As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6.	
Acordo comercial com instituição financeira	147.082	555.290	22 Recursos dos contratos de gestão - convênio Municipal	
Em 30 de novembro de 2021 o Instituto firmou contrato junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. para prestação de serviços exclusivos aos funcionários do Instituto, no montante de R\$ 750.000, vigência de 12 meses e reconhecimento mensal no resultado.			Contrato de Gestão Hospital Infantil Menino Jesus	58.632.315 58.640.004
17 Provisão para demandas judiciais	2021	2020	Receitas com Subvenção de Imobilizado	651.012 874.121
Provisão para demandas judiciais	8.707.284	16.513.586		59.283.327 59.514.125
O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:			As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6.	
	2021	2020	31 de dezembro de 2021	
Saldo em 31/12/2020	Adições Reversões	Pagamentos	31/12/2021	
Trabalhistas	4.866.500	3.497.396 (2.385.803)	(4.964.296)	1.013.799
Cíveis	11.647.086	833.429 (2.164.329)	(2.622.701)	7.693.485
	16.513.586	4.330.825 (4.550.132)	(7.586.997)	8.707.284
	2020	2021	31 de dezembro de 2020	
Saldo em 31/12/2019	Adições Reversões	Pagamentos	31/12/2020	
Trabalhistas	2.947.275	3.828.911 (647.814)	(1.261.872)	4.866.500
Cíveis	6.826.026	5.651.320 (246.282)	(583.978)	11.647.086
	9.773.301	9.480.231 (894.096)	(1.845.850)	16.513.586
O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos em 31 de dezembro de 2021 são referentes a área trabalhista no montante de R\$ 915.930 (R\$ 1.052.543 em 2020). Para a área cível o montante em 2021 foi de R\$ 1.428.442 (não houve processos em 2020). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Em 2021, o Instituto em conjunto com seus assessores jurídicos revisaram as contingências classificadas com risco de perda possível. Nessa avaliação foi identificada a necessidade de reclassificação, de causas trabalhistas onde os pedidos de indenização versam sobre vários temas sendo que cada tema possui um nível diferenciado de risco e cíveis que versam sobre erros médicos e de diagnósticos. Com isso, o montante de causas com risco possível foi sensivelmente reduzido porém com forte incremento nas causas com risco provável.				
18 Subvenções de investimentos a realizar				
Subvenção de investimentos a realizar	2021	2020		
	3.943.982	347.369		
	2021	2020		
Saldo em 31/12/2020	Recebimento de Recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2021	
Subvenção de investimentos a realizar	347.368	5.204.773 (1.608.159)	3.943.982	
	2020	2021	2020	
Saldo em 31/12/2019	Recebimento de Recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2020	
Subvenção de investimentos a realizar	1.856.724	228.367 (1.737.722)	347.368	
As subvenções acima discriminadas referem-se aos repasses financeiros estipulados em contratos de gestão oriundos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 6.				
19 Subvenção de bens a apropriar - imobilizado				
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	2021	2020		
	10.754.200	11.245.192		
	2021	2020		
Saldo em 31/12/2020	Total de aquisições de baixas	Total Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2021	
Lucy Montoro Amb. Médico de Especialidades	438.981	20.118	(123.688)	335.411
Interlagos	1.065.526	85.919	(37.925)	(212.332) 901.188
Hospital Regional de Jundiá	3.713.910	24.784	-	(953.316) 2.785.378
Hospital Geral do Grajaú	4.360.328	1.829.546	(123.248)	(883.735) 5.182.891
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	1.666.447	533.897	-	(651.012) 1.549.332
	11.245.192	2.494.264 (161.173)	(2.824.083)	10.754.200
	2020	2021	2020	
Saldo em 31/12/2019	Total de aquisições de baixas	Total Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2020	
Lucy Montoro Amb. Médico de Especialidades	558.991	8.797	-	(128.806) 438.981

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

Recursos financeiros vinculados a projetos	5	24.157.502	28.299.688
Recursos a receber de projetos			
- contratos de gestão e convênios	6	4.090.046	1.727.866
Créditos diversos	9	1.627.776	1.397.315
		36.835.407	35.058.285

Instrumentos financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	2021	2020	Classificação
Caixa e bancos	18.610	7.397	Custo amortizado
Aplicações financeiras	6.941.473	3.626.019	Valor justo por meio do resultado

Recursos financeiros vinculados a projetos - caixa e bancos	116.117	11.974	Custo amortizado
Recursos financeiros vinculados a projetos - aplicações financeiras	24.041.386	28.287.714	Valor justo por meio do resultado

Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	3.001.874	1.727.866	Custo amortizado
Créditos diversos	1.627.776	1.397.315	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	14.732.816	13.292.112	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	243.717	311.891	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar - partes relacionadas	19.506.819	20.941.419	Outros passivos financeiros

33 Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a re-**

ceita (ISSQN): O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2021-000756/CR02, Prefeitura de Jundiaí através do processo administrativo nº 4.572-8/2021, e Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, mediante requerimento nº 274/2021, para o exercício de 2021. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2021 e de 2020. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; **ITCMD** (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos); O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /CO-GEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses da mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o calculo como se devido fosse. Vide nota explicativa nº 26 Outras receitas.

	2021	2020
Receita dos contratos de gestão - Estadual	230.973.377	244.932.061
Receita dos contratos de gestão - Municipal	59.283.327	59.514.125
Receita dos contratos de gestão	290.256.704	304.446.186
ISS 2%	5.805.134	6.088.924
PIS 0,65%	1.886.669	1.978.900
COFINS 3%	8.707.701	9.133.386
ISS; PIS; COFINS (estimativa)	16.399.504	17.201.210
Déficit (superávit) do exercício	10.578.293	22.784.670
IRPJ e CSLL 34% (estimativa)	3.596.620	7.746.788
Receita com doações	9.596.579	14.051.084
ITCMD (4%) (estimativa)	383.863	562.043
Total das estimativas e principais renúncias (20%) Conforme inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009	2021	2020
Receitas próprias	3.197.800	1.206.558
Receita dos contratos de gestão	3.197.800	1.206.558
ISS 2%	63.956	24.131
PIS 0,65%	20.786	7.843
COFINS 3%	95.934	36.197

Déficit (superávit) do exercício	180.676	68.171
IRPJ e CSLL 34%	5.447.564	2.222.158
Total das estimativas e principais renúncias	1.852.172	755.534
34 Isenção de INSS cota patronal	2.130.272	828.038

Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020. Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: *Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto de 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em 15 de setembro de 2021 ingressamos com pedido de renovação do CEBAS para o período de 21 de setembro de 2021 a 20 de setembro de 2024 conforme protocolo no sistema SISCEBAS. Como preconiza a legislação o pedido efetuado antes do vencimento convalida o uso do benefício até a análise do órgão.*

	2021	2020
Pessoal e encargos	230.973.377	162.146.102
Total da estimativa de isenção (Consolidado)	62.732.369	44.038.881
INSS cota patronal (27,16%)	31/12/2021	31/12/2020
	3.445.533	3.092.385
Pessoal e encargos	12.686.056	11.385.806
Total da estimativa de isenção (Somente Matriz) INSS cota patronal (27,16%)	3.445.533	3.092.385

35 Eventos subsequentes: Conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 18 de março de 2022, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês saiu vencedor do processo de chamamento público e continuou a ser a gestora do contrato de gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro para os próximos 5 (cinco) anos a partir de 1º de abril de 2022.

Maria Angela Atallah
Presidente do Conselho
Administrativo do Instituto

Mario Sergio Cutait
Membro do Conselho
Administrativo do Instituto

Carolina Lastra
Diretora Executiva

Cláudio Augusto Generoso
Gerente Financeiro
e Contábil

Rildo Ancigan de Siqueira
Contador
CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reequilíbrio econômico incluindo o contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que apesar do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nessa data, o Instituto possuía passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$

2.011.629 e o patrimônio líquido negativo em R\$ 20.898.836. O Instituto vem buscando alternativas para o reequilíbrio financeiro em iniciativas junto a Secretaria Estadual da Saúde bem como avaliações de outras fontes de geração de receita. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e execu-

tamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2022
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Marcos A Boscolo - Contador CRC 1SP198789/O-0



Sua conexão com o futuro.